

Taxa de desemprego fica em 5,3% no trimestre até agosto

Taxa de desocupação já estava em 5,3% no trimestre móvel até julho

/ CONJUNTURA

A taxa de desemprego do Brasil ficou em 5,3% no trimestre móvel até agosto, após marcar 5,6% nos três meses encerrados em maio, que servem de base de comparação, apontam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados ontem.

O indicador é o menor para o intervalo até agosto na série histórica da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), iniciada em 2012. Analistas do mercado financeiro esperavam desemprego de 5,3% para o período mais recente, segundo a mediana das projeções coletadas pela agência Bloomberg.

A taxa de desocupação já estava em 5,3% no trimestre móvel até julho. O IBGE, contudo, evita a comparação direta entre intervalos com meses repetidos. É o caso dos encerrados em julho e agosto.

A pesquisa do instituto abrange o mercado de trabalho formal, com carteira assinada ou CNPJ, e o setor informal, sem esses registros. Nas estatísticas oficiais, uma pessoa de 14 anos ou mais que não tem emprego precisa estar à procura de oportunidades para ser considerada desempregada. Não basta só não trabalhar.

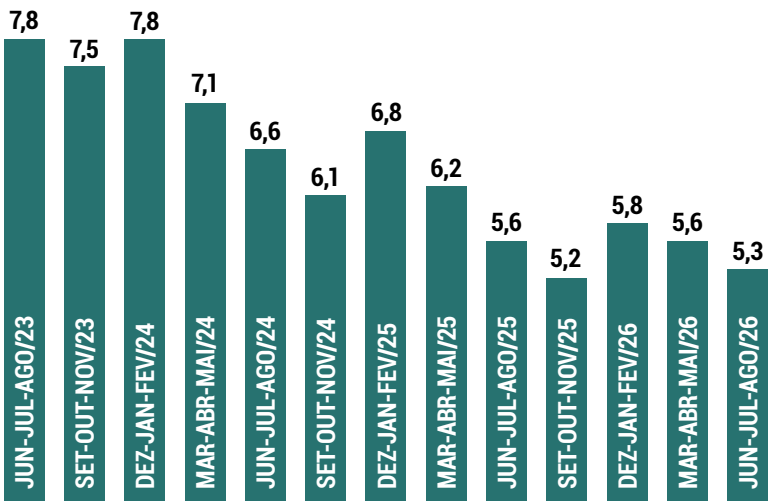
Analistas afirmam que o mercado de trabalho ainda mostra força, mas dá sinais mais claros de desaceleração. A perda de

ritmo ocorre sob juros altos para conter a inflação no País.

Esta é a última divulgação da Pnad antes do primeiro turno das eleições presidenciais, agendado para o próximo domingo. O Brasil chega ao pleito com um cenário de emprego e renda diferente do que se viu em 2022. Os dados mostram recuperação dos indicadores de lá para cá, mas não eliminam os desafios para os próximos quatro anos.

Nesse sentido, especialistas citam informalidade, expansão do trabalho por aplicativos, pejetização, efeitos da Inteligência Artificial sobre vagas iniciais, corrosão da Previdência com longevidade acelerada e descompasso entre a formação profissional e o que o mercado necessita.

Evolução da taxa de desemprego no Brasil
Índice no trimestre, em %
FONTE: IBGE



Conforme analistas, o desemprego baixo para os padrões brasileiros reflete uma combinação de fatores como o desempenho positivo da atividade econômica nos últimos anos. A economia seguiu com medidas de estímulo do governo Lula antes das eleições, em oposição ao aperto dos juros altos.

Outra questão citada por es-

pecialistas é a mudança demográfica em curso no País. Com o envelhecimento da população, a tendência é de que uma parcela dos brasileiros saia do mercado e deixe de buscar ocupação. Isso reduz a pressão da procura sobre a taxa de desemprego, mas desafia o sistema previdenciário, porque a demanda por aposentadorias tende a crescer.

Caged aponta saldo líquido de emprego formal positivo em 165.827 vagas

O mercado de trabalho brasileiro abriu 165.827 postos de trabalho em agosto, segundo dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Foi o segundo pior resultado para o mês desde o começo da série do Novo Caged (iniciada em 2020), sendo superado apenas por agosto de 2025 (quando o saldo foi de 154.683).

O resultado ficou acima da mediana da pesquisa Projeções Broadcast, que apontava para criação líquida de 93.486 mil va-

gas em agosto. As estimativas do mercado, todas positivas, variavam de 55.789 a 169.980 vagas.

O saldo do mês passado é resultado de 2.294.563 admissões e 2.128.736 desligamentos. Em julho, o saldo foi positivo em 55.915 vagas, já incorporando os ajustes na série.

Em agosto de 2025, o saldo foi de 154.683 novos postos de trabalho.

No acumulado de janeiro a agosto de 2026, foram gerados 1.134.033 novos postos de trabalho. Este é o menor saldo do Caged para o período desde 2020,

quando foram fechados 1.075.273 postos formais de trabalho entre janeiro e agosto, em meio à pandemia de Covid-19.

Na comparação com janeiro a agosto de 2025, o resultado representa uma queda de 25,2% (foram gerados naquele período do ano passado 1.516.881 postos).

No acumulado do ano, os cinco grandes setores da atividade tiveram saldos positivos: serviços (697.859), construção (200.431), indústria (170.442), agropecuária (56.024) e comércio (9.300).

São Paulo é o Estado com mais postos formais criados em

números absolutos, com saldo positivo de 306.883 no acumulado do ano. Em seguida, aparecem Minas Gerais (123.176) e Rio de Janeiro (77.670).

Na outra ponta, os menores

salvos acumulados no ano são Alagoas (-3.216), Rondônia (2.397) e Roraima (2.565).

O salário médio real de admissão em agosto totalizou R\$ 2.410,74.

Desenrola 3.0 prevê até 90% de desconto em dívidas

O governo federal lançou, na semana passada, a terceira fase do Desenrola Brasil, o Desenrola 3.0, voltado à renegociação de dívidas de pessoas físicas inadimplentes. Nesta nova fase, a União poderá comprar carteiras de dívidas de bancos e de outras empresas credoras, como companhias de serviços públicos e lojas, e depois negociar esses créditos com os consumidores.

Na prática, bancos e empresas poderão oferecer suas carteiras ao governo por um valor inferior ao total que têm a receber. A diferença entre esses valores é chamada de deságio e deverá ser de pelo

menos 90%. A MP (medida provisória), porém, ainda deixa em aberto como as carteiras serão formadas e divididas e quais critérios serão usados para definir os descontos aplicáveis na renegociação de cada dívida.

Um consumidor poderá, por exemplo, ter até 90% de desconto na renegociação de uma dívida que faça parte de uma carteira adquirida pelo governo com 90% de deságio. Mas o percentual de desconto poderá ser menor, já que a MP não estabelece, neste momento, um percentual específico para cada dívida individual.

“A MP estabelece o deságio

mínimo de 90% sobre o valor de face de cada carteira ofertada pelo credor, e não determina, neste momento, um percentual de deságio diferente para cada dívida individual. A regulamentação do Ministério da Fazenda deverá detalhar a formação dos lotes e os critérios aplicáveis ao procedimento competitivo”, diz, em nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A legislação prevê que, depois da compra, as dívidas poderão ser renegociadas à vista ou parceladas, com desconto de até o percentual de deságio obtido pelo governo na aquisição da carteira.



TEMA DO EVENTO

6Cs do Novo Código da Comunicação Profissional

Kátia Costa
Palestrante - Especialista em Etiqueta Corporativa e Comunicação Estratégica

02/10 | 8:00 às 8:30 Networking
8:30 às 10:00 Capacitação

Local: **Associação Comercial de Porto Alegre - ACPA**
Largo Visconde do Cairú, 17, Centro Histórico.

ESTACIONAMENTO NO PRÓPRIO PRÉDIO.
Lyon Park - Av. Mauá, 1413

EVENTO GRATUITO

Apoiadores

